



Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de História
Licenciatura em História
Disciplina: Trabalho de Fim do Curso

O papel das ONG' internacionais na Promoção da educação: caso da World Vision no distrito de Chibuto, localidade de Godide (Gaza) 2003-2013

Discente: José Carlos Macuácuá

Maputo, Março, 2026

O papel das ONG' internacionais na Promoção da educação: caso da World Vision no distrito de Chibuto, localidade de Godide (Gaza) - 2003-2013

Monografia apresentada em cumprimento dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane

Constituição do juri:

José Claudio Mandlate, MA

Maputo, Março de 2026

Índice

Declaração	iii
Dedicatória	vi
Agradecimentos	vii
Lista de abreviaturas	viii
Cronologia	Erro! Marcador não definido.
Resumo	x
CAPÍTULO I	9
1. INTRODUÇÃO	9
1.1. Problematização	10
1.2. Objetivo geral	11
1.3 Objetivos específicos	11
1.4. Metodologia	12
1.5. Justificativa	12
1.6. Balizas cronológicas	13
1.7. Localização Geográfica	13
1.8. Actividades económicas	14
1.8.1 Localidade de Godide	14
1.9. Revisão da Literatura	15
Conceitos chaves.....	18
CAPÍTULO II-CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PÓS-COLONIAL MOÇAMBIQUE	19
2. Os planos do governo no sector da educação (1975-1983)	19
2.1. Reformas educacionais e o Sistema Nacional de Educação (1975-1992).....	20
2.2. Impacto da Guerra Civil e Programa de Reajustamento económico na educação	21
CAPÍTULO-III AS ONG's EM MOÇAMBIQUE	24
3. Contextualização e debate teórico das ONG's.....	24

3.1 Contexto da emergência das ONG's em Moçambique.....	25
<u>3.1.1</u> ONG's internacionais	25
3.1.2 ONG's nacionais.....	23
3.2 A relação das ONG's e o Estado	28
<u>3.3</u> A intervenção das ONG's internacionais na educação	29
<u>3.4</u> A educação na província de Gaza e principais ONG's na área	31
CAPÍTULO -IV A WORLD VISION EM MOÇAMBIQUE E A EDUCAÇÃO EM GODIDE.....	34
<u>4.</u> A World Vision em Moçambique.....	34
<u>4.1</u> Área de actuação e impacto do trabalho da World Vision.....	35
4.2. A actuação da World Vision na Localidade de Godide.....	36
4.2.1. Escola Primaria do 1 e 2º Graus de Chipadja (Godide).....	37
4.2.2. Contextualização da escola	37
4.2.3 Construções:.....	38
4.2.4 Distribuição de Material Escolar pedagógica	39
4.2.5 Acesso	39
4.5 Sustentabilidade e desafios após intervenção da ONG.....	44
CAPÍTULO V- CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
Anexos.....	51

Declaração

Eu, José Carlos Macuácuá, declaro por minha honra que este trabalho é original e que nunca foi apresentado na sua essência para a obtenção de qualquer grau acadêmico. O mesmo é o fruto da minha investigação pessoal estando corretamente indicadas no texto e na bibliografia, as fontes por mim utilizadas para a sua elaboração.

José Carlos Macuácuá

Dedicatória

Aos meus pais Carlos Antônio Macuácuca e Saloma Jaime Mabunda.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo dom da vida, pela proteção e pela força concedida ao longo deste percurso académico.

Agradeço aos professores Paulo Lopes e Cláudio Mandlate pelas orientações metodológicas, cuja contribuição foi fundamental para a realização deste trabalho.

Estendo aos meus agradecimentos ao corpo de gestão da Escola de Chipadja-Godide pela cordial recepção e pela disponibilidade em fornecer informações úteis sobre a instituição, essenciais para o avanço da pesquisa. De modo particular, manifesto a minha gratidão ao pedagogo Borge Novela e ao antigo director Armando Mabunda pela colaboração prestada.

Aos meus pais, Carlos Antônio Macuácuá e Saloma Jaime Mabunda, deixo um profundo agradecimento por todo amor, apoio e encorajamento ao longo da minha vida e formação académica. Agradeço igualmente aos meus amigos Ananias Machava e Bartolomeu Fumo pela presença constante e pelo apoio moral.

Expresso também a minha gratidão aos colegas da turma de 2022 pelo apoio demonstrado ao longo desta caminhada. Em especial, aos meus colegas Frenk Cau, Inoc Inharugue, Arsênia Tivane, Florinda Juma e Omar Arcanjo meus grandes parceiros académicos durante todo processo.

Por fim, agradeço ao Serviço Distrital da Educação, Juventude e Tecnologia de Chibuto pela informação disponibilizada, que contribuiu significativamente para o desenvolvimento deste trabalho, aos meus entrevistados que serviram de forais.

Muito obrigado a todos!

Lista de abreviaturas

ADP- Programa de Desenvolvimento da Área

BM- Banco Mundial

CARE- Concernet American Relief Everywhere

CIDA- Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional

CVM- Cruz Vermelha de Moçambique

DFID- Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido

DINIDA- Agência Dinamarquesa de Desenvolvimento Internacional

FMI- Fundo Monetário Internacional

FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique

FASE- Fundo de Apoio ao Sector da Educação

MINEDH- Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano

ONG- Organização Não-Governamental

OGE- Orçamento Geral do Estado

ONU- Organização das Nações Unidas

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PEE- Plano Estratégico de Educação

RENAMO- Resistência Nacional de Moçambique

SNE- Sistema Nacional de Educação

SDEJTC- Serviço Distrital da Educação, Juventude e Tecnologia de Chibuto

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura

UNICEF- Fundo das Nações Unida Para a Infância

UDEBA-LAB- Unidade de Desenvolvimento de Educação Básica-Laboratório

Periodização

- ❖ 1975- No dia 25 de junho, Moçambique proclamou sua independência;
- ❖ 1975- Em julho de 1975, anuncia-se a nacionalização da educação, constituindo teoricamente uma ruptura com o sistema educativo colonial;
- ❖ 1976- Início da guerra dos 16 entre o governo da Frelimo e a Renamo
- ❖ 1977- Assinalou-se a transformação da Frelimo em partido marxista-leninista, assim definiu a linha do governo que Moçambique enveredaria pela via socialista;
- ❖ 1977- Inicia-se campanhas de alfabetização nas diferentes esferas de organização de massa, como nas Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM);
- ❖ 1983- 23 de março, aprovação da Lei n. 4/1983, que institui e sintetiza as linhas gerais do Sistema Nacional de Educação (SNE).
- ❖ 1983- Chegada da World Vision em Moçambique;
- ❖ 1987- Moçambique aderiu aos agências financeiras internacionais (BM e FMI) com um programa designado PRE/S (Programa de Reabilitação Económica) .
- ❖ 1987- A World Vision estabeleceu-se oficialmente em Moçambique;

- ❖ 1990- Introdução da nova Constituição da República de Moçambique com princípios democráticos;
- ❖ 1992- 04 de outubro, assinatura de Acordo Geral da Paz em Roma que culminou com o fim da guerra civil;
- ❖ 1998- Aprovação do Plano Estratégico para o sector da Educação (1999-2003);
- ❖ 1999- Intervenção da World Vision na área da educação em Moçambique e estabelecido o primeiro Programa de Desenvolvimento de Área (ADPs);
- ❖ Em 2002, foi Criado o Fundo de Apoio ao Sector da Educação (FASE), que é o instrumento principal para a canalização de fundos externos ao setor
- ❖ 2003- Intervenção da World Vision na localidade de Godide, distrito de Chibuto
- ❖ 2013- O término da operação da World Vision na localidade de Godide, Chibuto.

Resumo

O presente trabalho analisa o contributo da World Vision na promoção da Educação na localidade de Godide, distrito de Chibuto, no período de 2003 a 2013. O estudo revisita a trajetória da educação em Moçambique desde 1975, destacando as transformações políticas e sociais do período pós independência que influenciaram a organização, expansão e os desafios estruturais da educação nacional. Este enquadramento permite compreender as razões pelas quais, a partir da década de 1980, o país assistiu ao crescimento significativo das organizações não governamentais, cujo o papel se tornou relevante no apoio a sectores fundamentais, incluindo a educação.

O trabalho examina também o surgimento e expansão das ONG's em Moçambique, bem com as dinâmicas da sua relação com o governo e as leis que regem o seu funcionamento, evidenciado o modo como a actuação das ONG's tem contribuído para suprir limitações institucionais, especialmente nas zonas rurais. A intervenção da World Vision é analisada neste contexto, destacando-se as acções desenvolvidas na localidade de Godide, com particular enfoque na Escola Primária de 1.º e 2.º de Chipadja. Entre essas acções constam-se a construção e a reabilitação de infra-estruturas escolares, a distribuição de materiais pedagógicos, o incentivo ao acesso das crianças sobretudo raparigas na escola e o fortalecimento da relação escola-comunidade.

Metodologicamente, o estudo fundamenta-se em pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e entrevistas realizadas com actores locais, incluindo antigos gestores escolares, professores e encarregados da educação e antigos funcionários (membro e ex-facilitadores) da organização na localidade de Godide. Os resultados revelam que a intervenção da World Vision produziu impactos visíveis, como a construção de novas salas de aula, na distribuição de material escolar pedagógico e programas de apoio a famílias vulneráveis. Contudo, indicam também desafios relativos à sustentabilidade das iniciativas, à dependência comunitária das ONG's e a limitada capacidade do Estado em garantir continuidade plena das acções implementadas.

Palavras chave: Educação em Moçambique; ONG's internacionais; World Vision; Godide-Chibuto.

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

A educação é reconhecida como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social, económico e cultural das sociedades contemporâneas. Em países em desenvolvimento como Moçambique, a educação assume um papel duplamente estratégico: por um lado, contribui para a inclusão social e a redução das desigualdades; por outro lado, constitui um mecanismo de capacitação humana e dinamização das economias locais. Após a assinatura do Acordo Geral de Paz, em 1992, o país enfrentou o enorme desafio de reconstruir as infra-estruturas danificadas pela guerra, reestruturar o sistema educativo e garantir o acesso universal ao ensino primário.

Neste processo, as organizações não governamentais (ONG's) internacionais passaram a desempenhar um papel relevante no apoio ao Estado moçambicano. Devido a fragilidade institucional e a necessidade de acelerar a expansão educativa, o governo abriu espaço para cooperação internacional, permitindo que diversas ONG's assumissem responsabilidades complementares na provisão de serviços básicos. Entre as organizações mais activas encontra-se a World Vision, cuja presença em Moçambique remonta à década de 1980, inicialmente com acções de emergência e, posteriormente, com programas de desenvolvimento comunitário.

No distrito de Chibuto, província de Gaza, a World Vision implementou um conjunto de iniciativas orientadas para o reforço das condições educativas e para mobilização das comunidades em torno do valor da educação. A localidade de Godide, objecto deste estudo, foi uma das áreas beneficiadas pelos Programas de Desenvolvimento de Área (ADP's), que incluíam componentes centradas na melhoria das escolas, distribuição de material escolar, promoção da educação da rapariga e bolsas de estudo. Porém, apesar do reconhecimento geral da acção da organização, persiste a necessidade de analisar a natureza, a intensidade e a sustentabilidade dos seus impactos.

Assim, a presente pesquisa procura compreender o papel desempenhado pela World Vision na promoção da educação em localidade de Godide, distrito Chibuto entre 2003 a 2013, período considerado relevante por marcar a consolidação das intervenções e a transição para abordagens mais participativas. Apresenta como Objectivo Geral: Analisar o papel da World Vision na promoção da educação no distrito de Chibuto, localidade de Godide entre 2003 a 2013 e tem como Objectivos Específicos: i) contexto

da educação pós-colonial em Moçambique; ii) explicar o papel das ONG's na promoção da educação em Moçambique e avaliar a participação da World Vision na promoção da educação localidade de Godide-Chibuto.

Quanto a estrutura, o primeiro capítulo ocupa-se com a introdução, que traz o debate em torno do tema a ser desenvolvido, expõe a problemática, a pergunta de pesquisa, os objectivos da pesquisa, a metodologia e justificativa. O segundo capítulo aborda o contexto ou a trajetória da educação em Moçambique desde 1975. No terceiro capítulo traz debate do surgimento das ONG's em Moçambique e ONG's que actuam ou actuaram na província de Gaza e Chibuto. O quarto capítulo aborda a actuação da World Vision em Moçambique e a educação em Godide e por fim o quinto capítulo contempla a conclusão que esta pesquisa chegou relativamente a este tema.

1.1. Problematização

Apesar dos esforços do Estado moçambicano em promover a universalização do acesso à educação básica, persistem desafios significativos nas zonas rurais do país. A distância entre escolas, a escassez de professores qualificados e a fraca infra-estrutura escolar continua a dificultar o acesso equitativo e a permanência dos alunos no sistema de ensino. Conforme a Lei n.º 18/2018, que institui o Sistema Nacional de Educação, a mesma aplica-se a todas as instituições de ensino públicas, comunitárias, cooperativas e privadas que implementam o Sistema Nacional de Educação” (Moçambique, 2018: 2).

Segundo Castel-Branco (2020:17), as disparidades regionais e socioeconómicas continuam a ser factores limitantes para a efetivação do direito à educação, sobretudo nas províncias rurais do centro e norte de Moçambique.

Além disso, o Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU destaca que a taxa de conclusão do ensino primário em zonas rurais moçambicanas é inferior a 50%, evidenciando a persistência de exclusão educacional. Mesmo com iniciativas de construção de escolas e distribuição de materiais, há um descompasso entre as políticas implementadas e as realidades locais (PNUD, 2022: 41).

Para Macamo (2019:103), as reformas educacionais têm sido mais normativas que operacionais, falhando em responder às especificidades culturais e geográficas das comunidades rurais.

Adicionalmente, como afirma Silva (2018:114) a acção educativa de ONG's internacionais precisa ser contextualizada localmente, respeitando as especificidades culturais e as propriedades definidas pelas comunidades e autoridades locais, sob risco de gerar dependência ou descontinuidade.

As acções das ONG's, ainda bem-intencionadas, podem gerar efeitos limitados se não forem articuladas com as estratégias nacionais e locais, resultando em sobreposição de esforços e desperdício de recursos. Essa crítica é particularmente pertinente no caso de intervenções em contextos frágeis como o de Chibuto, onde a coordenação institucional entre a ONG e os órgãos distritais de educação nem sempre é sistemática ou formalizada (De Moraes e Ferreira, 2015:91).

Apesar de as intervenções da World Vision, particularmente na localidade de Godide, distrito de Chibuto, entre 2003 a 2013 terem-se centrado sobretudo na melhoria das infra-estruturas escolares e no fornecimento de material educativo, construção e reabilitação de salas de aula, aquisição de carteiras, quadros e livros, o sistema educativo local continuou a enfrentar importantes constrangimentos.

A partir do contexto acima supracitado pelos autores surge a seguinte questão:

Em que medida as acções da World Vision, contribuíram para a promoção da educação na localidade de Godide, durante o período de 2003 a 2013.

1.2. Objetivo geral

- ❖ Analisar o papel da World Vision na promoção da educação no distrito de Chibuto, localidade de Godide entre 2003 a 2013.

1.3 Objetivos específicos

- ❖ Descrever o contexto da educação pós-colonial em Moçambique;
- ❖ Explicar o papel das ONG's na promoção da educação em Moçambique;
- ❖ Avaliar a participação da World Vision na promoção da educação localidade de Godide-Chibuto.

1.4. Metodologia

De acordo com Lakatos e Marconi (2003), a metodologia científica compreende o conjunto de métodos e técnicas utilizadas para alcançar os objetivos de uma investigação, sendo escolhida de acordo com a natureza do problema e o problema de estudo. Nesse sentido, a presente investigação insere-se no campo das pesquisas qualitativas. Dado que procura compreender em profundidade o papel desempenhado pela World Vision na Promoção da educação no distrito de Chibuto, localidade de Godide entre 2003 a 2013.

A pesquisa obedeceu a seguinte abordagem metodológica:

- ❖ Método bibliográfico e documental- que consistiu na recolha e análise de informações provenientes de documentos publicados e não publicados, incluindo relatórios institucionais. A pesquisa bibliográfica baseou-se na revisão de obras académicas, artigos científicos, monografias e teses que abordam temáticas relacionadas com educação e intervenção de organizações não governamentais.

- ❖ Entrevistas- foram realizadas entrevistas direccionadas aos actores directamente envolvidos no processo educativo local. Entre os entrevistados incluíram-se: professores; membros da gestão escolar, encarregados de educação; ex-facilitadores da World Vision na localidade de Godide; um ex-membro representante da localidade e entrevista concedida no Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia de Chibuto (SDEJTC).

1.5. Justificativa

Embora o governo moçambicano tenha implementado diversas políticas educacionais com o objectivo de combater os problemas existentes no sector da educação, a fragilidade financeira tem limitado o alcance dos objectivos propostos pelo Ministério da Educação (MINED). Diante dessa limitação, a intervenção de outros agentes tornou-se fundamental para o sector, destacando-se o papel das ONG's internacionais, que tem contribuído para enfrentar os desafios educacionais, nomeadamente no acesso à educação e na construção de infraestruturas escolares, bem como na melhoria das condições de vida das comunidades. Esses factores despertaram em mim o interesse em desenvolver este trabalho, que busca compreender até que ponto a atuação da World Vision contribuiu para a promoção da educação na localidade de Godide.

Quanto ao local escolhido para o caso de estudo (Godide), deve-se ao facto de ser uma área rural com múltiplos desafios educacionais e limitada cobertura estatal, também se justifica pela necessidade de avaliar a participação da World Vision na construção de infra-estrutura educativa sobretudo da formação primária em contextos específicos e menos estudados, onde o apoio externo tem representado uma alternativa importante à atuação do Estado.

1.6. Balizas cronológicas

As balizas cronológicas adoptadas, delimitadas entre 2003 a 2013, justificam-se pelo facto de este período corresponder ao ciclo da intervenção estruturada da World Vision na localidade de Godide. O ano 2003 marca o início efectivo das acções da Organização no sector da educação, com a implementação dos primeiros projectos orientados para a melhoria das infra-estruturas escolares, etc. por sua vez, 2013 assinala o encerramento das principais actividades educativas no âmbito do programa local.

1.7. Localização Geográfica

O distrito de Chibuto situa-se na região sul da província de Gaza, muito próximo da confluência dos Rios Limpopo e Changane. A Norte, faz limite com distrito de Chigubo e através do Rio Nwaluezi com o distrito de Panda-Inhanbane. A Sul, com os distritos de Bilene-Macia e Xai-Xai; a Este com o distrito de Mandlakazi e a Oeste com os distritos de Guijá e Chókwé. Com uma superfície de 5.653 km². Quanto a organização administrativa, o distrito de Chibuto está dividido em 5 postos administrativos 18 localidades, 33 aldeias comunais e 24 povoações (Perfil do Distrito do Chibuto província de Gaza, 2005:2).



Fonte: Perfil de Chibuto, 2005

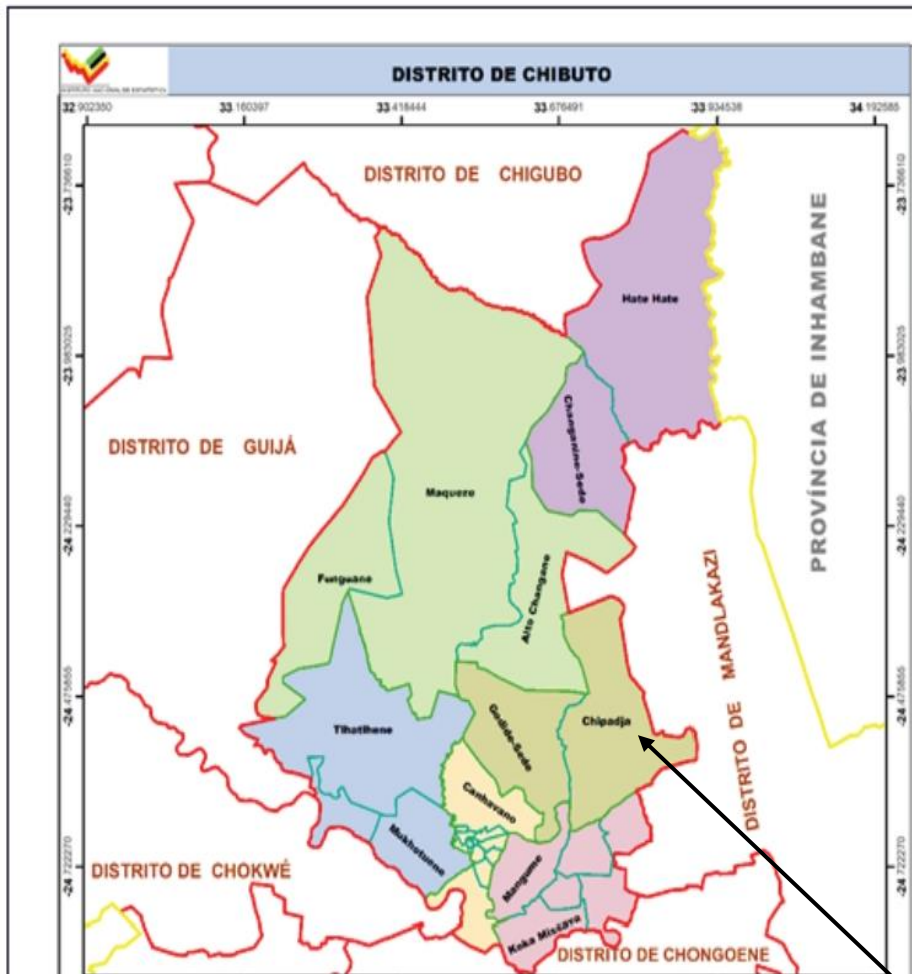
1.8. Actividades econômicas

A agricultura é a base da economia distrital, sendo dominada pelo sector familiar numa área total cultivada de 52 mil hectares, o correspondente a 9% da área total do distrito, sendo as culturas alimentares mais comuns, o milho, o arroz, feijões, mandioca e hortícolas. Em termos de culturas de rendimento o cajú assume lugar de destaque, sendo Chibuto o segundo maior produtor da província, é abastecedor das fábricas de Gaza. Este distrito também possui elevada aptidão e potencial para a produção de algodão. A recuperar dos efeitos das cheias de 2000, o sector agrícola familiar está em expansão, e as explorações privadas, que ocupam uma parte significativa das terras férteis e absorvem cerca de 15% da mão-de-obra assalariada do Distrito (Perfil de Chibuto, 2005:3).

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) tem se desenvolvido e surge como alternativa imediata à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade. O Rio Limpopo é o principal hídrico, favorecendo a pratica da actividade pesqueira e agro-pecuário. O parque industrial é composto por 25 unidade industriais, sendo a maioria de 3ª classe, exceptuando duas unidades que são a Moageira de Mananga e a fábrica de descasque de arroz de arroz SOGAZA (Idem).

1.8.1 Localidade de Godide

A localidade de Godide situa-se no distrito de Chibuto, província de Gaza, inserindo-se numa zona essencialmente rural. Tal como ocorre no padrão socioeconômico predominante no distrito, a principal actividade econômica em Godide é a agricultura de subsistência, com destaque para o cultivo de culturas alimentares como milho, mandioca e feijão.



Mapa do Distrito e com a seta indicando posto administrativo de Chipadja. Fonte: Instituto Nacional de Estatística acesso: em www.ine.gov.mz acesso aos 15 de dezembro de 2025.

1.9. Revisão da Literatura

A presente revisão da literatura tem como objectivo analisar as principais abordagens e estudos sobre a promoção da educação em Moçambique no período de 2003 a 2013, com enfoque no papel das organizações não-governamentais internacionais, em particular a World Vision, no distrito de Chibuto. Busca-se compreender como estas organizações têm contribuído para a expansão e melhoria da educação, bem como os desafios enfrentados no contexto local.

Quanto a bibliografia básica para a elaboração do presente trabalho destaca-se em primeiro lugar as obras que debruçam sobre a educação em Moçambique pós-independência. Pois estas fornecem estudos importantes quanto ao processo e constrangimentos da educação em Moçambique pós-independência.

De acordo com a literatura, desde a independência, o sistema educativo moçambicano enfrentou sérias limitações estruturais. Johnston (1984), destaca que o sector herdou um modelo profundamente desigual, com escassez de professores qualificados, faltas de infraestruturas e materiais escolares insuficientes.

MINED (1990), ainda na década de 1990 tornou-se evidente a necessidade de recorrer a parcerias internacionais para sustentar a expansão da escolarização.

Intanqué; Subuhana (2018), analisa o sistema educativo moçambicano, no período pós independência. Busca ainda, compreender o avanço do sistema educativo de Moçambique que possibilitou o desenvolvimento do país na referida área. Os autores argumentam ainda que quando a educação é convertida em prioridade, através das políticas públicas de Estado para a Educação, a probabilidade de alcançar altos níveis de desenvolvimento socioeconômicos e educacional é maior, a exemplo das conquistas alcançadas em Moçambique logo após a proclamação da independência (1975), pois conseguiu-se baixar os altos índices de analfabetismo herdado do colonizador.

Ainda no contexto da educação destaca-se o Plano Estratégico para o Sector da Educação (PEE-I), que abarcou o período de 1999-2003, neste plano, o Ministério da Educação reforçou sua concordância com os pontos estabelecidos no Plano Nacional da Educação, que destacavam o aumento do acesso à educação para o novo Moçambique e o desenvolvimento das instituições educacionais.

Quanto as obras que falam das ONG's, a sua abordagem é relevante para a pesquisa porque mostram o que são ONG's e até que ponto sua intervenção veio a preencher ou cobrir as fragilidades do governo sobretudo na área de Educação.

O trabalho de Chivale (2005) constitui uma referência fundamental para compreender a actuação das ONG's internacionais na província de Gaza. O autor analisa em particular, o papel da Save the Children no distrito de Bilene-Macia, entre 1994 e 2003. A pesquisa mostra que a organização desempenhou um papel relevante na reconstrução e reabilitação de escolas, no fornecimento de material didático e na criação de condições

para a permanência de crianças na escola após a guerra civil. Contudo, embora apresente dados importantes sobre o impacto das ONG's internacionais, o estudo não abrange a realidade do distrito de Chibuto e nem analisa especificamente a intervenção da World Vision, sobretudo no período posterior a 2003.

A obra do Mauri (2013) constitui uma referência importante para o debate em torno das ONG's internacionais na educação em Moçambique, sobretudo pela sua abordagem crítica em relação à sustentabilidade das intervenções. O autor argumenta que embora muitas ONG's tenham desempenhado funções relevantes na expansão do acesso escolar e na melhoria das condições do ensino, os projectos apresentam frequentemente uma natureza pontual e dependente de financiamento externo.

Destacar também, a obra do Ball e Dunn (1995) que debruça sobre as ONG's, o que fazem e a sua importância no processo da participação nas comunidades. Além disso, os autores problematizam a relação das ONG's com o neoliberalismo, sugerindo que muitas vezes, elas acabam por reforçar lógicas de mercado e políticas de austeridade ao substituírem funções que tradicionalmente seriam do Estado, como saúde, educação e assistência social.

Relatórios institucionais da World Vision destacam a atuação da organização Moçambique, através de projectos de construção e reabilitação de escolas, distribuição de material escolar e campanhas de sensibilização para a matrícula de raparigas. No entanto, por se tratar de relatórios institucionais, estes documentos carecem de uma análise crítica mais aprofundada, necessária para compreender de forma objectiva os resultados e desafios enfrentados.

A análise da literatura revela que, embora existam estudos significativos sobre o papel das ONG's internacionais na promoção da educação em Moçambique, permanece uma lacuna quanto à atuação da World Vision no distrito de Chibuto, especialmente entre 2003 e 2013. Enquanto Chivale (2005) oferece uma análise relevante da Save the Children's em Bilene-Macia, e Mauri (2013) oferece uma leitura crítica e necessária para compreender o contexto em que se insere a acção das ONG's na promoção de educação em Moçambique, não se encontram trabalhos que examinem detalhadamente a contribuição da World Vision nesse contexto específico.

Conceitos-chaves do estudo

Desenvolvimento- segundo Furtado (1959), Desenvolvimento é um processo de mudança estrutural que visa eliminar o subdesenvolvido. Para ele não é apenas o crescimento econômico, mas transformação social, com redução das desigualdades.

De acordo com Sen (1999), desenvolvimento pode ser visto como o processo de expansão de liberdades reais que a pessoa usufrui. Este requer a remoção de todas as fontes de privação de liberdade tais como pobreza, privações sociais, fracas oportunidades econômicas.

Educação -De acordo com Delors J. et al., (1998:43) a educação define-se como veículo de culturas e valores, como construção de espaço de socialização e como caminho de preparação de um projecto comum. Tendo como objectivo essencial o desenvolvimento do ser humano, na sua dimensão social. O autor argumenta que a educação não se limita à transmissão do conhecimento, mas abrange o desenvolvimento de competências e valores essenciais para a vida em sociedade.

Organizações Não Governamentais -Aubrey (1990), ONG's são Organizações privadas e sem fins lucrativos que colaboram com os países em desenvolvimento no sentido de aliviar o seu sofrimento, lutar pelos interesses dos pobres, proteger o meio ambiente, prestar serviços sociais básicos e buscar o desenvolvimento comunitário.

Segundo Ball & Dunn (1995:10) podemos encontrar três tipos de categorias de organizações:

- ❖ Primeiro, organizações formadas com a preocupação de ajudar os necessitados ou desfavorecidos, incluindo aquelas formadas para fins de autoajuda entre pessoas desfavorecidas;
- ❖ Segundo, organizações que são formadas com base em um interesse comum e/ou para tomar medidas sobre um assunto ou questão específica;
- ❖ Terceiro, organizações por meio das quais as pessoas se envolvem em uma busca comum.

Para o presente projecto pretende-se usar a primeira categoria que define as ONG's como organizações formadas com a preocupação de ajudar os necessitados ou desfavorecidos, incluindo aquelas formadas para fins de auto-ajuda entre pessoas desfavorecidas.

CAPÍTULO II-CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PÓS-COLONIAL MOÇAMBIQUE

2. Os planos do governo no sector da educação (1975-1983)

Após a independência Nacional em 1975, Moçambique assumiu um país muito subdesenvolvido, com uma economia desequilibrada e uma enorme carência de quadros treinados e qualificados. Herdou um sistema educacional colonial que havia sido projectado principalmente para atender ao avanço dos colonos, com um componente separado sob administração missionária para a população indígena. Somente os filhos dos poucos africanos que conseguiram chegar ao status de " assimilados " tinham acesso aos componentes de "qualidade superior" do sistema educacional (Johston, 1984:4).

O sistema educacional teve que ser assumido e redesenhado para novos objectivos e totalmente diferentes: educação popular em massa, base para a criação de uma sociedade socialista, educador do Novo Homem socialista, provedor de quadros para o desenvolvimento socialista visando a independência econômica final, a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e a socialização do campo (idem).

Em julho de 1975, um mês depois da independência nacional, anuncia-se a nacionalização da educação, constituindo teoricamente uma ruptura com o sistema educativo colonial. Com a nacionalização do sistema educacional, a escola deixou de ser um espaço privilegiado para uma minoria, passando a ser um espaço aberto para todo cidadão. Por outro lado, na altura da independência, a maior parte da população era analfabeta (90%), e foram organizadas, a partir de 1977, campanhas de alfabetização nas diferentes esferas de organização de massa, como nas Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), nas empresas estatais, nas fábricas e cooperativas do povo, nos centros de produção organizados (Assane; Agibo, 2023:35).

Durante este período, a Frelimo, no seu III Congresso em Fevereiro de 1977, deixou de ser uma Frente política ampla, transformando-se em partido, e adoptou o marxismo-leninismo como a ideologia do seu projecto socioeconómico. Neste contexto, foi atribuído à educação um papel importante no processo de consolidação e ampliação da hegemonia da Frelimo e da implementação do desenvolvimento económico e social (Gómez, 1999: 269).

2.1. Reformas educacionais e o Sistema Nacional de Educação (1975-1992)

Na sequência das transformações e de mudanças curriculares que vinham sendo operadas desde a independência nacional, em 23 de março de 1983, foi aprovada a Lei n. 4/1983, que institui e sintetiza as linhas gerais do Sistema Nacional de Educação (SNE), em seus fundamentos político-ideológicos, princípios, finalidades, objetivos gerais e pedagógicos da educação (Moçambique, 1983).

O Sistema Nacional de Educação procurava estabelecer uma nova fase da educação no país, possibilitando a diminuição do analfabetismo e dando ao povo o acesso ao conhecimento científico, para possibilitar o seu desenvolvimento. Porém, o governo enfrentava várias dificuldades para estabelecer o seu programa na área da educação. As dificuldades socioeconômicas que Moçambique enfrentava após a independência, a guerra civil iniciada em 1976 entre as forças políticas da FRELIMO e da RENAMO. (Intanqué; Subuhana, 2018:6).

O SNE define a educação como um bem comum e um direito e dever de todo cidadão moçambicano, o que pressupõe o direito de acesso em todos os níveis de escolaridade. Dentre os princípios gerais pelos quais o SNE dever-se-ia orientar, que passo a transcrever: i) A Educação é o direito e um dever de todo o cidadão, o que se traduz na igualdade de oportunidades de acesso a todos os níveis de ensino e na educação permanente e sistemática de todo o povo; ii) A Educação é o instrumento principal da criação do Homem Novo, homem liberto de toda carga ideológica e política colonial e dos valores negativos da formação tradicional capaz de assimilar e utilizar a ciência e a técnica ao serviço da revolução; iii) A Educação é dirigida, planificada, e controlada pelo Estado, que garante a sua universalidade e laicidade no quadro da realização dos objetivos fundamentais da constituição; iv) A Educação na República Popular de Moçambique baseia-se nas experiências nacionais, nos princípios universais do Marxismo-Leninismo, e no património científico, técnico e cultural da humanidade; (Assane; Agibo, 2023:39)

Entretanto, o SNE foi introduzido num momento muito conturbado no país, em meio de grandes dificuldades econômicas, provocadas pelo erro da política econômica, pela guerra e calamidades naturais (Gómez, 1999:370).

2.2. Impacto da Guerra Civil e Programa de Reajustamento econômico na educação

O lastramento da Guerra, nas zonas rurais, tornou praticamente impossível o programa da socialização do campo, eixo central sobre o qual descansava a estratégia do desenvolvimento da rede escolar e da escolaridade obrigatória. A guerra, desorganizando a vida das populações camponesas, provocou o êxodo ou instabilidade permanente de muitas delas. Nesse contexto, a destruição das escolas passou a ser um dos alvos da desestabilização. Em 1986, 45% das escolas primárias existentes no país tinham sido destruídas. (MINED, 1989 apud Gómez, 1999:371).

O conflito armado entre as forças políticas da FRELIMO e da RENAMO, causou duras perdas ao país na área da educação, houve grandes problemas, sobretudo com a destruição das infra-estruturas escolares. Nos anos de 1981 a 1987, 50% das escolas primárias 13% da rede escolar secundária, 22,5% dos centros de formação de professores e muitos centros de alfabetização da população adulta fecharam, o deslocamento de milhares de pessoas para as zonas urbanas, em busca de segurança, levou ao esvaziamento das escolas de várias regiões de Moçambique ((AfriMAP, 2012 apud Intanqué; Subuhana 2018:7).

Estes efeitos foram particularmente sentidos em províncias como Gaza, onde várias comunidades permaneceram isoladas e privadas de serviços educativos por longos períodos. (Gomes, 1999).

Neste sentido, é plausível inferir que o distrito de Chibuto tinha experimentado dinâmicas semelhantes, refletidas em défices estruturais no acesso e na qualidade da educação

A recessão mundial registada em meados dos anos 70 do século XX, como a chamada *crise do petróleo*, constituiu também um problema profundo para as economias dos países africanos. Assistiu-se ao declínio de muitas economias africanas. Moçambique aderiu aos agências financeiras internacionais (BM e FMI) com um programa designado PRE/S (Programa de Reabilitação Económica) em 1987. Entre as medidas estipuladas em troca de concessão de crédito o FMI e Banco Mundial exigiam aos Governos o seguinte: a desvalorização da moeda; a retirada dos subsídios, a redução das barreiras tarifárias, vender ou fechar empresas estatais (Bastos & Abacar 2018: 21).

Os programas de ajustamento estrutural não tiveram o alcance desejado. As receitas e as taxas de crescimento caíram; aumentou desemprego e houve uma queda das despesas com os sectores sociais. Como consequência a década de 1980 ficou conhecida como a década perdida (Meredith, 2006).

A título do exemplo, em Moçambique, de acordo com MINED (1990:2), o orçamento da educação caiu de cerca de 12% em 1980 para 4% de despesa pública em 1987, facto que criou uma crise financeira na educação.

A adoção de medidas restritivas nos orçamentos para as áreas sociais significou a redução de recursos para o sector da educação e, conseqüentemente, para a consecução dos objectivos da Política de Educação. A comunidade internacional foi mobilizado, tendo em atenção o facto de que havia a necessidade permanente de encontrar recursos para garantir o ensino básico para todos em várias regiões do mundo, incluindo o continente africano. Com o fim da guerra fria, assinalado simbolicamente com a queda do Muro de Berlim, assiste-se á consolidação da globalização. A educação é colocada a nível internacional como uma grande prioridade no contexto de promoção de desenvolvimento e eliminação das desigualdades sociais e promoção da mobilidade social (Bastos & Abacar 2018: 22-23).

Na década de 1990 com o fim da guerra civil, uma nova constituição foi anunciada, a constituição da República de Moçambique, onde o monopartidarismo deu o espaço ao multipartidarismo, na qual os valores do socialismo democrático foram trocados e o país adotou os valores democráticos. Os acordos da paz foram assinados em Roma, capital da Itália em 1992 e em 1994 foram organizado as primeiras eleições multipartidárias. A mudança do sistema foi seguida do processo de modernização e reformas das áreas públicas e subseqüentemente de mudanças na área da educação.

No período pós-guerra, o Estado moçambicano iniciou um processo de reconstrução nacional fortimente influenciado pelo Programa de Reajustamento Estrutural. No sector da Educação, o PRE privilegiou a expansão do ensino primário e a reabilitação das infra-estruturas, mas também impôs restrições orçamentais que limitaram o investimento público em recursos humanos e na qualidade de ensino (Castel-Branco, 2002).

De acordo com Hanlon e Mosse (2010), estas reformas contribuíram para a recuperação quantitativa do sistema educativo, mas não resolveram de forma estrutural problemas herdados do período da guerra, sobretudo nas zonas rurais. A escassez dos professores, a insuficiência das salas de aula e a fraca manutenção das infra-estruturas permaneceram como desafios persistentes.

De acordo com INE cit. Perfil de Chibuto (2005), somente 46% da população do distrito é alfabetizada e 48% das pessoas com 5 ou mais anos de idade, predominantemente homens, frequentam ou já frequentaram o nível primário do ensino, residindo a sua maioria na cidade de Chibuto e no P.A de Malehice.

No Posto Administrativo de Godide: somente 19.8% da população com 5 anos ou mais que frequenta escola; 23.7% população que já frequentou e 56,5% da maioria população que nunca frequentou. No Posto Administrativo da cidade de Chibuto: apenas 25,6% da população frequenta escola; 30.1% população que já frequentou e 44.3% da população que nunca frequentou. No Posto Administrativo de Chaimete: 16,6% da população frequenta escola; 20.6% população que já frequentou escola e 62,9% da população que nunca frequentou escola. No Posto Administrativo de Malehice: 21,5% da população frequenta escola; 29.6% da população que já frequentou e 48.9% da população que nunca frequentou escola. No Posto Administrativo de Alto Changane: 16,0% da população que frequenta; 22.0% da população que já frequentou e 62,0% da população que nunca frequentou. No Posto Administrativo de Changanine: 9.5% da população frequenta escola; 16.7% da população já frequentou e 73.8% nunca frequentou escola. No Distrito de Chibuto: 20.9% da população frequenta escola; 26.7% já frequentou e 52.3% da maioria população nunca frequentou (INE, Censo.1997; apud Perfil de Chibuto, 2005:24).

A maior taxa de adesão escolar verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos. Onde 67% das crianças frequenta a escola, seguido de 5 a 9 anos o que reflecte a tardia entrada na escola da maioria das crianças rurais (idem)

No contexto de Chibuto, estes constrangimentos históricos ajudam a explicar a fragilidade do sistema educativo local e a dependência de apoios externos para a consolidação. Assim, a intervenção das organizações não governamentais, como a World Vision, deve ser analisada como uma resposta complementar às limitações do Estado, resultantes de um processo histórico marcado pela guerra civil e pelas políticas de reajustamento estrutural.

CAPÍTULO-III AS ONG's EM MOÇAMBIQUE

3. Contextualização e debate teórico das ONG's

As actividades das ONG's emergiram a partir do século XIX, herdadas do trabalho de caridade ou filantropia que floresceu em países industrializados. Esse trabalho levou à formação de organizações pelas classes média e alta para fornecer alívio e bem-estar aos pobres e menos privilegiados, seja para atender às suas necessidades materiais ou para ajuda-los a suprir suas necessidades. Era uma forma, embora limitada, de transferir recursos dos ricos para os pobres. Esse tipo de trabalho foi dominado acção voluntária e levou ao estabelecimento de ONG's chamadas instituições de caridade, organizações de caridade ou de bem-estar (Ball e Dunn, 1997).

Posteriormente, nas vésperas da viragem do século XX, o mundo confrontou-se com o crescimento de desigualdades sociais acentuadas pelo fenómeno da globalização, que cria riquezas na mesma magnitude que acentua a pobreza dos excluídos do processo e a constatação da ineficiência do Estado como promotor da justiça social, considerado até então o remediador desses males (Tenório: 1997 apud Varela 2003:24).

Na mesma ótica (Mauri 2013:21), As ONG's nasceram num contexto de mudança, quando o mundo precisava de uma nova ordem mundial baseada numa estabilidade internacional. Este facto desempenhou um papel determinante na consolidação das ONG's.

O seu crescimento nas últimas décadas, deu a elas uma crescente e importante função, levando-as a formação de um sector distinto dentro da sociedade civil. É neste contexto, marcada pela “impotência” do Estado em poder atender às demandas sociais, que surgiram propostas alternativas, a margem da esfera governamental, constituído uma das significativas, o aparecimento das organizações não-governamentais (ONG's) conhecidas mais recentemente como organizações do sector público não governamental. (Ball e Dunn, 1995 apud Varela 2003: 24).

Os anos 60 e a primeira metade dos anos 70 foram marcados por uma euforia de solidariedade internacional face aos problemas do terceiro mundo muito em especial para com os países africanos, muito recentemente descolonizados. Esta euforia traduziu-se também na multiplicação de organizações internacionais públicas e privadas vocacionadas para os problemas do desenvolvimento tal como num aumento real dos fluxos de ajuda. O discurso político de solidariedade passa então posteriormente a

tornar-se mais programático, sendo as motivações de ordem moral progressivamente substituídas por determinantes de ordem política e económica (Romão 1985:7, apud Mauri 2013).

Desde então, a ajuda aos países subdesenvolvidos, via ONG's tornou-se num paradigma dominante, assumindo-se como a melhor alternativa e uma receita universal adoptado pelos doadores ocidentais no que se refere a estratégias de desenvolvimento sobretudo nos países africanos, no sentido que estas mais do que os governos lidam com as comunidades locais beneficiárias de ajuda. (Varela 2003:25).

3.1 Contexto da emergência das ONG's em Moçambique

Embora o presente trabalho tenha como foco as organizações não governamentais (ONG's) internacionais, é importante destacar que, em Moçambique, coexistem dois tipos principais de ONG's: as nacionais e as internacionais. Essa distinção é fundamental para compreender a dinâmica do sector, uma vez que ambas desempenham papéis relevantes no desenvolvimento social, económico e educativo do país. Assim, torna-se pertinente apresentar uma breve abordagem sobre essas duas categorias de organizações.

3.1.1. ONG's internacionais

A entrada das ONG's estrangeiras em Moçambique começa em 1983, depois de vencidas as resistências até aí colocadas pelo governo moçambicano. Podem-se apontar diversos factores para o aumento da presença de ONG's em Moçambique: i) de ordem política e económica: reconhecimento da necessidade da ajuda externa (devido à crise económica e à situação de guerra), e falta de controlo da situação por parte do governo moçambicano, que facilitava a movimentação das ONGs no país; ii) de ordem política nos países de proveniência destas organizações, que passaram a privilegiar as ONG's como agentes executores da ajuda de emergência (neste caso encontrava-se por exemplo, a CARE que servia os interesses dos EUA); iii) por razões humanitárias; iv) de ordem religioso, dando continuidade a uma tradição antiga de intervenção destas organizações; e v) decorrentes dos novos factores presentes no novo paradigma de desenvolvimento, nomeadamente, ecologia, participação dos grupos mais desfavorecidos e género (Hanlon, 1991 apud Dionízio, 1998: 81).

No que diz respeito as primeiras ONG's que se instalaram em Moçambique, Ngomane aponta a Cruz Vermelha como sendo uma das primeiras ONGs a se estabelecer no país

em 1981, seguida da Visão Mundial e Save the Children, tendo o movimento de ONGs internacionais a operar em Moçambique aumentado até ao final da década 80 (Ngomane 2002 apud Mauri, 2013: 56).

As sucessivas crises financeiras e económicas que Moçambique experimentou após a independência nacional, por volta da década 80 obrigaram o país a abandonar o modelo socialista que limitava a actuação do sector privado, centralizando e concentrando tudo nas mãos do Estado. O Estado se viu obrigado a recorrer as instituições de Bretton Woods, nomeadamente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para obter apoio financeiro para financiar a economia, abrindo assim a economia para actuação das forças do mercado (Castelo-Branco, 2017).

Para tal e de acordo com as práticas correntes destas instituições, (BM e FMI) Moçambique teve que adoptar um pacote de medidas económicas, mais conhecido pela designação « PRE » (Programa de reabilitação económico). Apareceram nessa altura as grandes ONGs internacionais em Moçambique. Aliás, a abertura das fronteiras para algumas grandes organizações provenientes dos Estados Unidos de América, foi uma condição para que Moçambique pudesse obter das instituições financeiras internacionais os créditos de que tanto precisava (EYS, 2002:147).

Chivale (2005:32) acrescenta ainda, que o alargamento da acção das ONG's internacionais em Moçambique, está ligado a guerra de desestabilização e as calamidades naturais no país. A guerra iniciada na década 80, foi catastrófica, provocou grandes destruições a nível das infra-estruturas do estado, da população, originou um fenómeno de refugiados e deslocados, provocando uma crise a nível sócio-económico e político.

É dentro destas dificuldades que o país vai carecer de ajuda externa, com objectivos de assegurar na sobrevivência da população moçambicana e minimizar os problemas da crise. É deste modo que começaram a afluir em Moçambique as ONG's internacionais.

Portanto, Para o caso específico de Moçambique, foi no contexto de ajuda de emergência, consequência dos efeitos ecológicos e da guerra civil que no início da década 80 aparecem as ONG's internacionais. Com fim da guerra e a Assinatura de Acordo Geral da Paz e mais tarde a realização das eleições, as suas acções de emergência para o desenvolvimento, desenvolvendo as suas actividades nos mais diversos sectores da vida social moçambicana destacando-se a agricultura. Estas foram

pioneiras na prestação/provisão de serviços visando o bem público, como também foram na preocupação com os desfavorecidos e com questões que impedem o bem-estar social.

3.1.2 ONG's nacionais

Durante o século XX, para enfrentar o colonialismo, os moçambicanos, juntaram-se particularmente nas cidades, nas chamadas associações de indígenas, em agremiações, casas culturais e sindicatos para, no meio da ocupação colonial portuguesa, salvaguardar e promover a sua identidade cultural e social. Trabalho nada fácil e não raras vezes feito num ambiente de clandestinidade, visto que o Estado colonizador controlava e restringia rigorosamente as tentativas dos negros para se organizarem. No entanto, várias destas organizações vieram a desempenhar um papel importante na mobilização política na luta pela independência nacional (NYS 2002:146).

De acordo com Nyusi (2025:22) o Grémio/ Associação Africana, o Centro Associativo dos Negros da Colônia de Moçambique e o Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM) são exemplo de movimento associativo surgido em Moçambique durante o período colonial.

Com a conquista da independência nacional em 1975, o movimento associativo conheceu um relativo abrandamento. As únicas associações que foram estabelecidas nesse período foram as que tivessem uma ligação político partidária. NYS afirma que poucos anos depois da conquista da independência nacional foram estabelecidas as “organizações democráticas de massa (ODM)”, com objectivo de mobilizar a população para os trabalhos de reconstrução nacional. Dentre essas organizações destaca-se as seguintes: Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM), Organização da Mulher Moçambicana (OMM), Organização da Juventude Moçambicana (OJM) e Organização Nacional de Jornalistas (ONJ), entre outras que, por definição, funcionavam como “braços sociais” do partido Frelimo. (Idem).

A situação mudou durante a década de 80 do século XX. Isto porque houve um período de recessão, causado por uma série de calamidades naturais e por uma guerra civil intensa. O governo moçambicano, para sair desta crise, não encontrou outra solução senão aderir ao Banco Mundial e ao FMI (Fundo Monetário Internacional), em 1984. É nesta altura que em Moçambique começaram a aparecer as primeiras Organizações Não

Governamentais internacionais. Posteriormente, o pluralismo determinado pela Constituição de 1990, oficializou as ONGs locais (Mauri, 2013:58).

Inicia assim a emergência das ONG's que se viram confinadas a uma nova função de complementar as acções do Governo, particularmente para cobrir lacunas criadas nos sectores de saúde, Educação, aprovisionamento dos meios de produção agrícola (PESU) e reflorestamento (Inácio, 1995:87 apud Chivale 2005:31).

Na década de 1990, o movimento associativo ganha espaço, e com Acordos Gerais de Paz e as eleições gerais de 1994, estes movimentos ganham mais consistência. O país passava neste período do mono partidarismo para o multipartidarismo, onde as práticas democráticas ganham espaço (Chivale 2005:32).

Em 1991 foi aprovada a Lei 8/91 de 18 de Julho, lei que regula o direito à livre associação. O artigo 1 desta lei estabelece que “poderão constituir-se em associações de natureza não lucrativa cujo fim esteja conforme os princípios constitucionais em que assenta na ordem moral, económica e social do país e não ofendam direitos de terceiros e do bem público”. Depreende-se que as ONGs têm o estatuto legal de associação. O número 1 do artigo 17 da mesma lei, autoriza o funcionamento das associações estrangeiras em solo pátrio, “desde que não contrariem os princípios da ordem pública nacional e solicitem ao Governo”. É com base nesses instrumentos e orientações jurídico legais que as ONGs actuam em Moçambique. Uma actuação que, peso embora tenha conhecido a sua legalização em 1990, iniciou um pouco antes, na década 80 (Idem).

3.2. A relação das ONG's e o Estado

As ONG's moçambicanas têm o estatuto legal de uma associação. A lei das associações, aprovada em 1991, define a associação como forma única para os cidadãos exercerem o direito à livre associação estabelecido na Constituição da República (EYS, 2002:148).

A atuação das Organizações Não Governamentais em Moçambique encontra respaldo no direito fundamental à livre associação, consagrado no artigo 76, n.º 1, da Constituição da República, que estabelece:

*“Os cidadãos gozam da liberdade de constituir associações nos termos da lei”
(Constituição da República de Moçambique, art. 76, n.º 1).*

Este princípio é concretizado pela Lei n.º 8/91, de 18 de Julho, conhecida como Lei das Associações, que regula a constituição, funcionamento e extinção de associações, incluindo ONG's. Nos termos dessa lei, a livre associação constitui uma garantia básica de realização pessoal dos indivíduos na vida em sociedade, sendo essencial para a participação cidadãos no desenvolvimento do país.

O instrumento normativo mais importante no relacionamento entre ONGs internacionais e Estado é o Decreto n.º 55/98¹, de 13 de outubro, que aprova o Regulamento das Organizações Não Governamentais em Moçambique. Este decreto define as ONGs como:

“Associações, fundações ou outras entidades de carácter privado, sem fins lucrativos, que prossigam objetivos de solidariedade social e de desenvolvimento.” (Decreto n.º 55/98, art. 2).

Os objetivos centrais do decreto são: Regular o registro e credenciamento das ONG's no Ministério da Justiça; estabelecer obrigações administrativas, como apresentação de planos anuais e relatórios financeiros; determinar isenções fiscais para ONG's devidamente reconhecidas e garantir coordenação com políticas do Estado, evitando duplicação de esforços.

3.3 A intervenção das ONG's internacionais na educação

A dificuldade de financiar a educação moçambicana fez com que o país, mais tarde, optasse por pedir apoio a seus parceiros internacionais para ajudar a financiá-la. Numa primeira fase os financiamentos externos provinham de vários países (bilaterais e multilaterais), desde o período de orientação socialista (1975-1986) e na fase posterior do Multipartidarismo (1990). Estes financiamentos eram direcionados directamente para o Orçamento Geral do Estado, com término em 2001 (MINEDH, 2010: 56).

As ONG's surgem em Moçambique com o propósito de auxiliar o governo nos seus planos, dado a incapacidade financeira do governo, devido à fragilidade econômica do país, o que faz com que o Orçamento Geral do Estado (OGE) seja insuficiente para suportar as despesas do país. A título do exemplo, Chivale cita o relatório do PNUD de

¹ Decreto n.º 55/98¹, de 13 de Outubro é de enfatizar que este decreto é que autoriza as ONG's internacionais, enquanto que as nacionais são regidas apenas pela Lei n.º 8/91 de Julho e tituladas pelo Ministério da Justiça

2001, que mostra, a contribuição do Governo no orçamento para educação representava 60%, e a maior parte deste bolo era direccionado para o pagamento de salários (Chivale, 2005: 35).

A partir dos anos 2000, Moçambique viveu uma fase de expansão significativa do sistema de ensino primário, em que o Estado assumiu uma postura de liderança, porém, com forte dependência de financiamento externo e de parceiros implementadores. Para otimizar a gestão da assistência externa, foi fortalecido o mecanismo sectorial- o Fundo de Apoio ao Sector da Educação (FASE)² que passou a concentrar grande parte de ajuda externa ao sector. Em 2011, por exemplo, o FASE representou cerca de 59% do financiamento externo no sector da Educação. Essa consolidação financeira implicou que muitos projectos financiados por doadores e executados por ONG's ficassem contabilizados como “assistência externa via FASE”, reduzindo a visibilidade directa das contribuições monetárias das ONG's no quadro orçamental agregado do sector (World Bank, 2011:10).

O FASE apoia o PEE geral do Governo por meio de uma Abordagem Setorial Ampla (SWAp), envolvendo revisões anuais conjuntas entre governo e doadores e diálogo contínuo sobre questões estratégicas (idem).³

Entre 2003 e 2010, o número de crianças nas escolas primárias aumentou de 3,3 milhões para 5,3 milhões a uma taxa média de crescimento de 8% ao ano, elevando a taxa líquida de matrícula para 95,5% em 2010. A matrícula líquida de crianças de 6 anos aumentou de 62% em 2007 para 70% em 2010. A retenção de crianças na escola melhorou de 30% em 2006 para 41% em 2010. Embora as taxas de repetência tenham diminuído consideravelmente (de 20% em 2004 para 7% em 2009) com a introdução de um novo currículo que apoiava a promoção semiautomática, a taxa de evasão do ensino

² Em 2002, foi Criado o Fundo de Apoio ao Sector da Educação (FASE), que é o instrumento principal para a canalização de fundos externos ao setor – “O fundo comum (FASE) é o instrumento mais alinhado para a canalização dos fundos externos para o financiamento do plano anual do sector, usando os procedimentos e instrumentos do Estado no que respeita à planificação, orçamentação, execução e monitoria”, afirma o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (idem).

³ Além do Banco Mundial e do GPE, os outros doadores do FASE incluíam Irlanda, Finlândia, Alemanha, DFID (Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido), Portugal, Espanha, UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), CIDA (Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional), Holanda, DINIDA (Agência Dinamarquesa de Desenvolvimento Internacional), Itália e Cooperação de Flandres. Atualmente, a FASE tem nove doadores: Banco Mundial, Alemanha (KfW), Finlândia, Canadá, Irlanda, Itália, Portugal, UNICEF e GPE.

fundamental permaneceu estável em torno de 7% a 8%. O número de crianças frequentando o ensino médio quase quadruplicou no período de 2003 a 2010, de cerca de 270.000 para 900.000 alunos. Conseqüentemente, a taxa de conclusão do ensino fundamental melhorou consideravelmente de 34% em 2004 (26% para meninas) para 50,8% em 2010. Esses resultados positivos foram apoiados por ações prioritárias, como a contratação de mais professores para reduzir a proporção aluno-professor; a reforma do programa de treinamento de professores que garantiu que todos os professores recém-contratados tivessem treinamento pedagógico; e o fornecimento de livros e materiais básicos de aprendizagem para todas as escolas (Idem).

Apesar dos progressos registados ao longo dos últimos anos, permanecem, no entanto, inúmeros desafios no sistema educativo no que se refere ao acesso, retenção, qualidade e capacidade institucional. O número de desistências no ensino primário permanece elevado e as taxas de conclusão na 7ª classe e de admissão na 8ª classe estagnaram, para além do baixo nível de aquisição de competências na leitura no 1º ciclo do ensino primário.

3.4 A educação na província de Gaza e principais ONG's na área

A província de Gaza, situada no sul de Moçambique e com capital em Xai-Xai, apresenta uma realidade educativa marcada por progressos visíveis e desafios persistentes. Apesar do crescimento gradual do número de escolas, o sector enfrenta dificuldades relacionadas com a infra-estrutura, qualidade de ensino e inclusão educativa (Jornal Domingo, 2021).

De acordo com dados da Direcção Provincial da Educação, a província possui um défice superior a 1.800 salas de aula, o que obriga centenas de turmas, sobretudo do ensino primário, a funcionarem ao relento ou em salas improvisadas (Rádio Moçambique, 2022).

Este problema é mais acentuado nos distritos rurais, como Chibuto, Mandlakazi e Guijá, onde a dispersão populacional e a precariedade das vias de acesso dificultam a cobertura educativa. Neste contexto, diversas Organizações Não Governamentais (ONG's) têm desempenhado um papel de grande relevância no fortalecimento do sector educativo. Entre as principais intervenientes destacam-se:

A Save the Children- que a nível da educação interveio na reconstrução das escolas destruídas pela guerra, cujo o material da construção era precário, constituído por caniço

e coberto por chapas de zinco. A Save the Children-USA para promover a educação, lançou programas de alfabetização de adultos como forma de criar condições para os activistas trabalharem na educação da população e sensibilizá-la na necessidade de participar na reconstrução da comunidade (Chivale, 2005:42).

Os programas da Save the Children, visavam a educação assim como áreas que garantissem o desenvolvimento da comunidade, criando assim ambiente favorável para criança poder estudar. Posteriormente, entre 1994 a 2003, a Save the Children no distrito de Bilene-Macia empenhou-se na reconstrução nos diversos postos administrativos, dentre as actividades da ONG destacam-se, a construção de 58 salas de aulas de material convencional, que corresponde a 13 escolas; a construção de 8 salas de material misto (caniço, zinco e cimento); construiu 65 latrinas; construiu 32 casas do tipo 1 para professores de material misto (Idem).

A UNESCO- que apoia a educação de jovens e adultos, promovendo o regresso à escola e a capacitação de alfabetizadores. A UNESCO apoia programas em Moçambique que visam permitir que jovens e adultos que não completaram o ensino primário regressem à escola. Em Gaza, por exemplo, há uma oficina de formação para educadores no distrito de Chongoene, com foco no ensino multilingue para alunos jovens e adultos. A educação bilíngue (usando línguas locais nas primeiras séries) tem sido promovida como uma via para melhorar a alfabetização, facilitar a aprendizagem e diminuir o abandono. Os resultados apontam que, há melhoria de 15% no desempenho de alfabetização comparado às escolas que utilizam apenas o português desde início. (UNESCO, Moçambique, 2022).

De acordo com João Carlos técnico de estatística no Serviço Distrital da Educação, Juventude e Tecnologia de Chibuto, o Serviço Distrital reconhece a existência das ONG's que apoiam o sector educacional a nível do distrito de Chibuto, nomeadamente: A World Vision- que trabalhou no Posto Administrativo de Godide, Malehíce e Alto Changane, esta ONG apoiou a sector da educação a nível local com a construção de salas de aulas; capacitou os professores; apoiou e material pedagógico leitura e escrita nas classes iniciais, capacitou ainda membros do conselho da escola em matérias de desenvolvimento da escola;

A Save The Children's que revitalizou 19 comités escolares de gestão de riscos e desastres para reduzir o impacto de desastres sob o sector e por último a UDEBA-LAB

que capacitou professores e criou escolinhas para frequência das crianças antes da idade padrão para ingressar na escola (Carlos, entrevista, 2025).

Após a identificação das principais ONG's que desenvolvem actividade no distrito de Chibuto, importa destacar que, segundo esclarecimentos obtidos no Serviço Distrital de Educação, Juventude e tecnologia, existe uma limitação institucional quanto ao levantamento detalhado dos efeitos globais ou dos planos de actuação destas entidades. Tal situação decorre do facto de que as ONG's operam no terreno com objectivos previamente definidos, sustentados pelos seus próprios instrumentos de planificação, embora alinhados com o Plano Estratégico da Educação. Por essa razão, a SDEJTC acompanha a execução das actividades, mas nem sempre dispõe de elementos suficientes para sistematizar ou avaliar de forma abrangente os efeitos das ONG's.

CAPÍTULO -IV A WORLD VISION EM MOÇAMBIQUE E A EDUCAÇÃO EM GODIDE

4. A World Vision em Moçambique

A World Vision é uma organização humanitária não-Governamental cristã de ajuda e de desenvolvimento que trabalha para o bem de todas as pessoas, especialmente crianças. Estabelecida oficialmente a 22 de setembro de 1950 nos EUA, o movimento teve o seu início na Ásia (Coreia) com um evangelista americano, o Reverendo Bob Pierce. Pierce após ter-se deparado com centenas de crianças órfãos sofrendo vítimas de cruel guerra na Coreia começou a sensibilizar ajuda a singulares para apoiar aquelas crianças. Ele começou a apelar aos cristãos norte-americanos a ajudar aqueles órfãos coreanos tornando-se seus patrocinadores particulares. O patrocínio era feito particularmente à aquelas crianças cujas fotografias eram recebidas e suas histórias contadas. A World Vision começa assim, com este primeiro grupo de órfãos coreanos patrocinados. A partir daí começa a expandir as suas actividades pelo mundo fora. Trabalhando actualmente em cerca de 90 países, é uma das maiores organizações cristãs de ajuda e de desenvolvimento no mundo (Discover-1999 World Vision Anual review apud Varela, 2003: 36).

Em Moçambique, as actividades da World Vision começam pela primeira vez em 1983, na província de Tete em resposta às necessidades que o país atravessava como consequência da guerra civil e das calamidades naturais através dos seus escritórios em Zimbabwe. As actividades consistiam então na distribuição de bens alimentares (milho, feijões, óleo alimentar, etc). Só em 1987 estabeleceu-se oficialmente em Moçambique (Idem).

A intervenção da World Vision-Moçambique na área da educação teve início em 1999, altura em que foi estabelecido o primeiro Programa de Desenvolvimento de Área (ADPs). Durante muitos anos sempre em parceria com o governo moçambicano, a World Vision-Moçambique dedicou-se quase exclusivamente, a construção da escola e distribuição de material escolar. No entanto, os resultados de aprendizagem e as taxas de alfabetização estavam ainda aquém das expectativas. Actualmente, a organização opera na área da Educação de forma integrada e têm vindo a desenvolver as competências técnicas necessárias e um plano claro de acção para a educação que garanta a transição para um maior foco na qualidade e na aprendizagem, procurando que as crianças aprendam a ler, escrever e contar, mas também que estas tenham acesso a

um ensino de qualidade que lhes permita aperfeiçoarem a sua capacidade de comunicar e expressar as suas emoções e de se protegerem. Assim pretende-se que estas escolas sejam um espaço de crescimento onde cada jovem conheça e se desenvolva a sua vocação e planeie o seu futuro (World Vision-Moçambique, relatório de impacto 2014: 28).

Nos ADPs, a World Vision-Moçambique mobiliza e treina comitês de gestão escolar. Estes comitês são responsáveis por todos aspectos relacionados a educação das crianças nomeadamente a construção e melhoramento de infra-estruturas, a nível de sensibilização comunitária e a procura de alternativas para reduzir os desafios que se colocam à presença das crianças na escola, como ausência de fontes de água que obriga muitas crianças (especialmente raparigas) a faltar às aulas ou outras situações causadoras de doenças evitáveis que impedem as crianças ir à escola e em último análise reduzem significativamente o seu aproveitamento (idem).

Neste sentido, a World Vision-Moçambique apoia campanhas desenvolvidas pelos comitês a nível comunitário que visam alertar para a importância da educação e da higiene nas escolas e estimular um maior e melhor envolvimento dos pais e professores na educação da criança. Em 2014, taxa de inscrição escolar no ensino primário subiu de 60% em 2013 para 81, 5% em 2014 (idem, p. 29).

No que concerne a localidade de Godide os programas da World Vision foram desenvolvidos no posto administrativo de Godide-sede, nas aldeias de Pussa, Incuai, Chidumo e Cuancuane. Entretanto, o estudo privilegiou a Escola Primária do 1 e 2º Graus de chipadja, esta, por corresponder as necessidades educativas das aldeias acima mencionadas.

4.1 Área de actuação e impacto do trabalho da World Vision

Este trabalho procura fazer uma avaliação da evolução da educação na localidade de Godide, distrito de Chibuto, especialmente das áreas abrangidas pela World Vision após a sua implementação. Importa referir que esta não é nem pretende ser uma avaliação exaustiva do impacto do mesmo, mas apenas uma contribuição sobre os principais sucessos e desafios que se colocam sobre os projectos desenvolvidos pelas ONG's internacionais aos diferentes intervenientes no âmbito da implementação nomeadamente coordenadores, governantes, financiadores bem como as próprias comunidades beneficiárias.

Avaliar o impacto da World Vision como de qualquer outro projecto de desenvolvimento constitui sempre um exercício difícil. O torna-se ainda mais complexo quando se trata de uma sociedade (como é o caso de Godide) onde existem dificuldades em registar os mais elementares tanto os da educação, agricultura, assim como de outras componentes que garantem o desenvolvimento e o bem estar das comunidades. A comparação dos períodos (antes e depois da implementação dos programas de educação pela World Vision torna-se difícil.

De forma geral, constatou-se no terreno junto aos beneficiários que a acção da World Vision teve um impacto positivo, não obstante o facto de não cobrir todas as necessidades da comunidade no geral. No entanto, porque o sucesso da educação está inteiramente ligado à estabilidade da própria comunidade, a World Vision dirigiu o seu apoio também na saúde, nos programas de protecção da criança a nível da sociedade, como forma de garantir o bem-estar social.

A nível da educação, as estimativas apontam um crescimento do acesso conjugado com as construções de salas de aulas, e participação da rapariga na educação. O impacto da World Vision na localidade de Godide incidiram nas construções e reabilitação de salas de aulas e acesso à educação.

4.2. A actuação da World Vision na Localidade de Godide

A actuação da World Vision na localidade de Godide inicia nos princípios de 2003, numa primeira fase a sua actuação foi direccionada a crianças desfavorecidas (órfãos e vulneráveis) com objectivo de mitigar o sofrimento de crianças em idade escolar e mal-nutridas. A nível da educação, a World Vision interveio em construção de salas de aula, material escolar, bloco administrativo e concedeu bolsas de estudo para alguns alunos, como o caso de Crisantos Mugabe e Antônio Seia actualmente professores (Mabunda, entrevista, 2025).

A selecção da localidade de Godide como área prioritária para a intervenção da World Vision resultou de critérios institucionais baseados em indicadores de vulnerabilidade, pobreza multidimensional e limitações no acesso a serviços essenciais. Segundo os relatórios internos do ADP, os Programas do Desenvolvimento de Área da World Vision concentram-se em um distrito administrativo de uma província, geralmente povoado por minorias étnicas com altos índices de pobreza. Cada ADP é adaptada às necessidades de uma comunidade específica, em consonância com as prioridades estratégicas da ONG (ADP-Sponsorship Facilitator, 2014).

O distrito de Chibuto, especialmente Godide apresentava, no início dos anos 2000, níveis reduzidos de cobertura escolar, défice de infra-estruturas educativas e elevado número de órfãos e vulneráveis. A combinação destes factores justificou a escolha da comunidade como beneficiária do programa, alinhando-se com a missão da organização de intervir em localidades rurais de difícil acesso e com fracos indicadores de desenvolvimento humano. Esta fundamentação reforça a pertinência da presença da World Vision e explica porque Godide foi incorporado como uma das localidades estratégicas do distrito de Chibuto (entrevista no SDEJTC, 2025).

4.2.1. Escola Primária do 1 e 2º Graus de Chipadja (Godide)

A Escola Primária do 1 e 2 Graus de Chipadja, localizada, interior da localidade de Godide, constitui um caso central para a avaliação do impacto das intervenções da World Vision no sector educativo local. A análise da sua condição anterior à intervenção, em conjunto com a descrição das actividades desenvolvidas e das transformações verificadas posteriormente, permite aferir o alcance e a sustentabilidade das acções realizadas pela ONG.

4.2.2. Contextualização da escola

O historial da escola primária e completa de Chipadja, aqui apresentado, baseia-se nas informações fornecidas pela direcção da escola e nos testemunhos de antigos directores e professores que acompanharam as diferentes fases da sua evolução. Estes relatos orais constituem uma fonte fundamental para compreender o percurso institucional num contexto marcado por instabilidade política, dificuldades estruturais e progressos comunitários.

A origem da escola remonta ao início da década de 1980, período em que a região ainda enfrentava os efeitos da guerra dos 16 anos. À medida que o conflito se intensificou, sobretudo entre 1985 e 1986, a escola passou a funcionar de forma irregular, com professores que apenas se deslocavam ao local para observar o desenrolar da situação militar. Em 1987, devido ao agravamento das hostilidades, o corpo docente abandonou totalmente as actividades, levando ao encerramento temporário da instituição (Livro de registos-EPC de Chipadja, 2025).

A reabertura da escola ocorreu apenas após a assinatura dos Acordos Gerais de Paz de Roma, em 1992, o que permitiu a normalização gradual das actividades a partir de 1993. Neste período, assumiram funções novos professores, entre os quais Vicente Siteo

(actual chefe do partido Frelimo no posto administrativo de Godide), o antigo diretor Lázaro Nhancale e o professor Valente Mate, responsáveis pela 1ª e 4ª classes. As aulas eram ministradas ao ar livre, de baixo de cajueiros, e a administração da escola funcionava num pequeno gabinete construída com matérias locais (idem).

Com o passar dos anos, sob a direcção do professor Raimundo Tamele, foi introduzida a 5ª classe, apoiada por um bloco de duas salas construídas com material convencional, ainda não concluídas. Em janeiro de 2003, a escola expandiu-se para incluir o Ensino Primário do Segundo Grau (EP2). Nessa fase o director era José Carlos Macome e o pedagógico era Sérgio Tivane. Ainda em 2003 foi introduzida a 6ª classe e a 7ª classe em 2004. No primeiro ano de funcionamento da 6ª classe, a escola dispunha apenas de três salas de aulas construídas em pau-a-pique, evidenciando os desafios estruturais persistentes enfrentados pela instituição (entrevista, Mabunda, 2025).

Apesar dos esforços locais e das iniciativas levadas a cabo pelos diferentes directores e professores, as condições materiais, humanas e organizacionais permaneceram aquém das necessidades reais da comunidade escolar. Foi neste contexto da fragilidade, mas também de contínua busca por melhoria, que a intervenção da World Vision assumiu particular relevância, trazendo novas dinâmicas de apoio educativo, reforço institucional e desenvolvimento comunitário. Assim, torna-se fundamental analisar, na subsecção seguinte, o conjunto de acções implementadas pela organização e os efeitos que estas produziram no funcionamento e no desempenho escolar em Godide-Chipadja.

Perante esse cenário, World Vision implementou um conjunto de acções estruturadas em cooperação com a direcção escolar e com a comunidade local. As intervenções incluíram a reabilitação das infra-estrutura escolares, construção de novas salas para responder ao défice do espaço e apoio directo a alunos vulneráveis com kits escolares.

4.2.3 Construções:

A introdução de novos edifícios escolares de 2003 a 2013, representou, por isso, uma transformação substancial no ambiente do ensino e aprendizagem, ao criar condições físicas mais estáveis, seguras e mais pedagogicamente adequadas.

Nesta subsecção, apresentam-se as principais construções realizadas, destacando a sua relevância para o funcionamento e desenvolvimento institucional da escola (Mabunda, entrevista, 2025). A World Vision realizou o seguinte trabalho:

- ❖ Em 2003 concluiu duas salas não acabadas antes da sua intervenção World Vision (ver em anexos figura: 1);
- ❖ Em 2004 foram construídas e inauguradas 6 salas de aulas com um bloco administrativo (ver em anos figura: 2);
- ❖ 6 latrinas (ver em anexos figura: 3 e 4);
- ❖ Em 2009 a escola beneficiou-se de um furo no âmbito do programa “escola amiga da criança” (ver em anexos figura: 5);
- ❖ Uma casa tipo 1 para director da escola (ver em anexon figura 6)

4.2.4 Distribuição de Material Escolar pedagógica

- ❖ Mobiliário escolar- É de realçar que a escola foi beneficiada pelo equipamento escolar para garantir o seu funcionamento adequado. Dentre os quais: 200 carteiras duplas- 25 para cada sala; uma mesa na sala dos professores, três mesas em dois gabinetes (do Director e DAP) e 23 cadeiras (Livro de registos-EPC de Chipadja, 2025).
- ❖ Apoio directo a alunos vulneráveis com kits escolares- Muitos alunos frequentavam a escola sem cadernos, e lápis. A ONG organizou campanhas anuais de distribuição de Kits escolares básicos, priorizando crianças órfãs, provenientes de famílias chefiadas por mulheres ou em situação de vulnerabilidade extrema. Estes kits incluíam cadernos, lápis e borrachas (Entrevista com Ofélia Sitóe- membro conselheira da escola).
- ❖ Equipamentos para actividades recreativas- Reconhecendo o papel da recreação no desenvolvimento integral da criança, a World Vision distribuiu bolas (de futebol e Voleibol), redes de voleibol, cordas e outros materiais para actividades extracurriculares. Além de melhorar o ambiente escolar, estas actividades fortaleceram a participação e o espírito de grupo entre os alunos (Mabunda, Entrevista, 2025).

4.2.5 Acesso

A análise do acesso escolar na localidade de Godide demonstra transformações significativas ao longo do período em estudo, sobretudo após a intervenção da World Vision. Antes da presença da ONG, a Escola Primaria de Chipadja enfrentava limitações estruturais e pedagógicas que condicionavam o número de alunos que a instituição podia acolher. Segundo o ex-director Lázaro Nhancale, que exerceu funções

em 1993 antes da chegada da ONG, a escola possuía um número global de 100 a 110 alunos, refletindo a reduzida capacidade de oferta educativa e as condições precárias então existentes (Nhancale, entrevista, 2025).

Com início da intervenção da World Vision, centrada na melhoria das infra-estruturas escolares, disponibilização do material didático e apoio a gestão pedagógica, registou-se um aumento expresso no acesso. O ex-director Armando Mabunda no período pós ONG, refere que no que concerne aos novos ingressos na 1 classe, a escola conseguia matricular 120 alunos num único ano, um efeito muito positivo na história da instituição (Mabunda, entrevista, 2025).

Este crescimento sustentado refletiu-se também no aumento do corpo discente total. Como consta no Livro de Registo da EPC de Chipadja (EPC Chipadja, 2013) em 2013, a escola alcançou 566 alunos, número que simboliza a consolidação dos progressos decorrentes das melhorias promovidas pela World Vision e pela comunidade local. O aumento da procura escolar foi igualmente acompanhado pela reorganização pedagógica da instituição: passaram a funcionar 14 turmas, sendo 10 do EP1 e 4 do EP2, que demonstra a expansão gradual da capacidade interna de ensino. A tabela seguinte resume a evolução do acesso escolar antes e depois da intervenção da ONG:

Indicador	Situação antes da W.V.	Situação após a intervenção da W.V.
Condições físicas	Salas improvisadas; Falta de material.	Infra-estruturas melhoradas E material disponibilizado
Novos ingressos na 1ª classe	Não registado	120 alunos
Número de turmas	Estrutura reduzida e regular	14 turmas (10 EP1, 4 EP2)
Total de alunos (População escolar)	100 a 110 alunos	566 alunos em 2013

Tabela 1 – Evolução do acesso escolar na EPC de Chipadja (antes e depois da intervenção da World Vision). Fonte: Livro de registos-EPC de Chipadja; entrevista com Mabunda e Nhancale.

4.3 Apoio da ONG na comunidade e articulação escola-comunidade

A intervenção da World Vision na localidade de Godide não se limitou ao espaço escolar; estendeu-se igualmente à comunidade, reconhecendo que a melhoria da

educação depende directamente do envolvimento e das condições sociais das famílias. A actuação comunitária foi orientada tanto pelos princípios institucionais da World Vision, baseados no desenvolvimento participativo e centrado na criança, como pelos instrumentos normativos nacionais, nomeadamente o Plano Estratégico de Educação e Cultura.

A cooperação com líderes comunitários e autoridades administrativas constituiu uma etapa fundamental para garantir legitimidade, facilitar o acesso ao território e promover a participação activa dos residentes. Este envolvimento permitiu estabelecer um ambiente de confiança mútua, essencial que o para a mobilização comunitária e para o sucesso das iniciativas subsequentes (Muthemucuo, entrevista, 2025).

Neste sentido, a ONG procurou reforçar a ligação entre escola e comunidade através de iniciativas como:

Segundo um encarregado da educação beneficiário, identificado como Décio Moiane:

“Com as reuniões feitas com a escola e a World Vision, começamos a perceber melhor como ajudar os nossos filhos a estudar.”

De igual modo, uma mãe entrevistada, Anastácia Chirindza residente no bairro 3 de Chipadja afirmou que:

“Antes a escola parecia distante da comunidade. Agora somos chamados para conversar e participar, a World Vision já encerrou as suas actividades nesta comunidade, porém, a escola, assim como a comunidade ou encarregados da educação estão intimamente ligados.”

Estas falas demonstram que a intervenção da ONG contribuiu para o fortalecimento da relação escola-comunidade, promovendo maior envolvimento dos encarregados e responsabilidade no processo educativo.

Campanhas de Protecção da Criança- de acordo com Ussivane ex-facilitadora da World Vision em Godide, as campanhas de protecção da criança promovidas pela ONG em Godide constituíram um dos eixos centrais da sua intervenção comunitária. Partindo do princípio de que o bem-estar é condição essencial para o sucesso educativo, a ONG desenvolveu acções direccionadas a prevenção de abusos, violência domésticas, casamentos prematuros e trabalho infantil, problemas registados em diferentes comunidades rurais do distrito de Chibuto. Estas campanhas foram realizadas por meio

de palestras comunitárias; reuniões com encarregados da educação, teatros educativos e campanhas audiovisuais que consistiam na projecção de vídeos educativos dentro do recinto escolar. Estas sessões eram preparadas pela equipa da ONG e exibidas em momentos específicos, envolvendo tanto os alunos como os encarregados da educação (Ussivane, entrevista, 2025).

Ex-membro da World Vision na Localidade de Godide e chefe do bairro 3, Maria do Céu referiu que: “As campanhas ensinaram que a criança deve estar na escola e não no trabalho pesado”.

Uma encarregada de educação Mariana Mabunda acrescentou que:

“Depois das palestras, deixamos de mandar as meninas para casar cedo e passamos a incentivar que continue a estudar, lembro-me que só foi difícil nos primeiros dias, mas depois maior número dos encarregados obedeceu.”

Estas declarações evidenciam o impacto das campanhas de proteção da criança na mudança gradual das práticas e actitudes culturais reforçando o papel da educação como direito fundamental.

Programas de apoio às famílias vulneráveis- a ONG, promoveu o **fomento pecuário**, onde procedeu a distribuição de Gado Bovino, 9 bovinos para 9 crianças de famílias e bairros diferentes na localidade de Godide. Após ocorrerem os primeiros ciclos reprodutivos, os bezerros resultantes eram atribuídos às crianças inicialmente beneficiadas. Subsequentemente, esses animais eram transferidos para outras crianças, de forma sequencial, com base uma lista previamente definida. Este mecanismo visava assegurar a expansão gradual do número de beneficiários e, conseqüentemente, maximizar o impacto social do projecto ao nível local (Maháchele, entrevista, 2025). Das primeiras crianças beneficiadas, ver na tabela:

Nome de crianças beneficiadas	Bairro/comunidade	Ano da distribuição	
Agostinho Simbinde	Bairro 1	2005	
Crisantos Mugabe incuai	Bairro 2	2005	
Absalome Cuave	Bairro 4	2005	
Ernesto Novela,	Comunidade de cuancuene	2005	
Xilário Covane	Bairro 4	2005	
Alfredo Novela	Bairro 2	2005	
Almédia Macuane	Bairro 2	2005	
Sarita Bila cuacuane	Comunidade de cuancuene	2005	

Tabela 2: Distribuição de bovino, fonte- Alfredo Mahachele ex-facilitador da World Vision na localidade de Godide.

Segundo Fátima Bila encarregado da educação residente no povoado de Cuacuene:

“Além do fomento pecuário, a minha filha Sara Bila recebia materiais escolares desde cadernos até pastas escolares isso me lembro que era feita anualmente através dos facilitadores da World Vision no Godide-Chipadja que faziam chegar aqui em casa o material escolar.”

Do ponto de vista dos alunos, o impacto destes apoios refletiu-se directamente na assiduidade escolar. Um aluno beneficiário, Lourenço Mugabe afirmou que:

“Antes de ser apadrinhado pela World Vision não me dava ânimo nenhum ir na escola devido a falta do material escolar, quando entrei no programa da World Vision (ADP) fui oferecido material escolar que de certo modo me influenciou a gostar da escola e já nem tinha vergonha no meu das colegas”.

Estas falas confirmam que os programas de apoio às famílias vulneráveis contribuíram para a redução das barreiras econômicas ao acesso e à permanência escolar, fortalecendo a inclusão educativa em Godide.

Campanhas de sensibilização para o valor da educação- a ONG, implementou acções comunitárias voltadas para a mudança de comportamentos e actitudes sociais. Essas campanhas foram realizadas por meio de palestras comunitárias, reuniões com encarregados da educação. O conteúdo das campanhas enfatizava: a necessidade de eliminar práticas que prejudicam o percurso escolar das raparigas e o papel da família na assiduidade e desempenho das crianças. Um impacto importante destas campanhas foi a melhoria da relação entre pais e escola. Muitos encarregados da educação passaram a comparecer às reuniões, a monitorar a assiduidade dos filhos e a colaborar com actividades escolares (entrevista com Ofélia Sitóe, outubro, 2025).

4.5 Sustentabilidade e desafios após intervenção da ONG

De acordo com o ex-director da Escola de Chipadja, Armando Mabunda a análise da sustentabilidade da intervenção da World Vision em Godide constitui um exercício complexo, sobretudo no contexto local. Para o Mabunda, refletir sobre a sustentabilidade implica revisitar o período em que a ONG actuou e reconhecer que parte dos efeitos da sua intervenção, especialmente ao nível das infra-estruturas, ainda se fazem sentir, para o entrevistado, os impactos permanecem visíveis, sobretudo na infra-estrutura escolar, indicando que certos benefícios resistiram ao tempo.

O antigo professor da escola, Vicente Sitóe, reforça esta perspectiva ao afirmar que a World Vision exerceu um papel determinante no sector educativo da localidade. Sitóe sublinha que a intervenção ocorreu num período em que a educação das raparigas ainda não estava plenamente consolidada na comunidade. A World Vision teve um papel profundo, aproximando-se das comunidades e sensibilizando os pais sobre o valor da educação.

Para Sitóe, este esforço contribuiu significativamente para transformar percepções e incentivar os encarregados da educação a valorizarem a escolarização dos seus filhos.

A chefe do bairro 3, Maria do Céu, também encarregado da educação, destaca que a sustentabilidade é perceptível quando se observa o desenvolvimento institucional da localidade de Godide. A entrevistada afirma que grande parte das instituições actualmente existentes, incluindo o hospital, o posto administrativo e a escola, se estabeleceu graças à intervenção da ONG, ou seja, a ONG financiou essas instituições. Na sua avaliação, “houve avanços significativos na localidade”, embora reconheça que

a comunidade se tornou dependente dos projectos da World Vision. Ainda assim, defende que sem essa intervenção o progresso teria sido mais lento ou limitado.

Na mesma linha, Francisco Machava, encarregado da educação, avalia positivamente a actuação da World Vision, enfatizando o contributo para a provisão da infra-estruturas, sobretudo ao nível da educação primária. Para o entrevistado, muitos dos referenciais institucionais existentes na localidade “foram erguidos graças ao financiamento da ONG”, mesmo quando em parceria com o Estado. No entanto, observa a persistência de desafios, nomeadamente a dependência comunitária das acções da organização, e defende maior presença do Estado na provisão de serviços essenciais, como a educação e Saúde.

Por fim, Francisco Mbiza, também encarregado de educação, aponta para desafios emergentes relacionados com o crescimento populacional e a conseqüente pressão sobre a capacidade escolar. Sublinha que pela necessidade, a comunidade tem sido obrigada a contribuir directamente para a construção de novos blocos de salas de aulas devido à elevação da escola para níveis de ensino primário e secundário. Contudo, os depoimentos recolhidos revelam três tendências principais, nomeadamente: Persistência dos impactos da ONG- todos os entrevistados reconhecem que a World Vision deixou contributos duradouros, sobretudo em termo de construções e a sensibilização comunitária para a educação;

Dependência estrutural da comunidade- há consenso de que a localidade continua dependente das intervenções externas, dado que o Estado não tem conseguido assumir plenamente a provisão de serviços essenciais; Desafios actuais de sustentabilidade- o crescimento populacional, as novas demandas educativas e a ausência da ONG após término dos projectos revelam fragilidades na continuidade das iniciativas, exigindo maior envolvimento estatal para garantir sustentabilidade a longo prazo.

CAPÍTULO V- CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou analisar o impacto das actividades das ONG's internacionais no desenvolvimento da educação nas zonas rurais em Moçambique, sobretudo, o caso da World Vision na localidade de Godide, distrito de Chibuto, Gaza.

Os resultados do trabalho mostram ser bastante complexo e delicado avaliar o impacto das actividades das ONG's internacionais em Moçambique porque não existe um acompanhamento sistemático da evolução das suas actividades.

Embora o papel das ONG's internacionais em Moçambique seja claro e objectivo, Sendo lhes reconhecido a importância na assistência às populações desfavorecidas, a Controvérsia surge em relação à inadequada metodologia e estratégias na implementação dos seus projectos, o que acaba se refletindo impacto negativo dos mesmos. Vários são os factores apontados como determinantes para o alcance, extensão e sucesso das actividades das ONG's, como a efectiva participação de todos actores envolvidos, a disponibilidade dos recursos financeiros, o respeito das práticas e democráticas na gestão do desenvolvimento local, o reforço das capacidades, etc. De acordo os resultados da pesquisa, consta-se uma grande fragilidade de mecanismos legais a nível do governo que permitem uma melhor e maior coordenação entre as ONG's e o governo, principalmente a nível distrital. O caso é mais grave ainda a níveis mais baixos (é o caso da localidade de Godide), por vezes isso leva a que as ONG's se desviem ou actuem a margem do governo.

A inexistência de órgãos a nível distrital e local que regulam e coordenem as actividades das ONG's é referenciado como um dos aspectos que contribui para a ineficácia dos projectos. No entanto, o impacto do projecto World Vision pode considerar-se como exemplos resultantes de coordenação em parceria com o governo e com as comunidades locais, pelo menos a nível de implementação, porque a nível de concepção apenas o governo foi envolvido parcialmente.

Para o caso específico da World Vision na localidade de Godide, de forma geral, a nível de objectivo e propósito da sua intervenção e tendo em conta os desafios da educação e automaticamente da comunidade, o impacto é positivo. As acções da World Vision foram relevantes e contribuíram para aumentar o acesso e melhorar as condições educativas em Godide, neste caso reforça a importância das ONG's no contexto moçambicano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

ASSANE, Adelino; AGIBO, Maria (Org). *Política educacional em Moçambique*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2023.

BALL, Collin e DUNN, Leith. (1995). *Organizações Não Governamentais: Diretrizes para uma boa política e prática*. Londres: Fundação Commonwealth.

BASTOS, J; ABACAR, M. (Org) *Educação em Moçambique: políticas, concepções e práticas*. In ESPADA, António, *Educação para todos e qualidade questionável: Agenda 1990-2015* Maputo, Educar-UP 20.

DELORS, J. (org.). *Educação: Um tesouro a descobrir. Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO.

DE MORAIS, Ana Paula; FERREIRA, João Carlos. *ONG's e Desenvolvimento local: contribuições e limites da actuação internacional na educação básica*. São Paulo: Cortez, 2015.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

Gomes, Armindo. *Educação e desenvolvimento em Moçambique*. Maputo: Livraria Universitária, 1999.

JOHSTON, Anton. *Education in Mozambique 1975-1984: A review prepared by Anton Johnston*. Maputo: CEA, 6/GH.

MACAMO, Elísio. *Sociologia da Educação em África: Dilemas e possibilidades*. Maputo: Escolar Editora, 2019.

MEREDITH, Martin. *O Destino da África: Cinco Mil anos de riquezas ganância e desafios*. Zahar, 2006.

SILVA, Manuel Tomás. *Educação e Cooperação Internacional em Africa: Políticas práticas e desafios*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2018.

SEM, Amartya. *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

Teses

CHIVALE, Elias. *O Papel das ONG's Internacionais na promoção da educação: Caso da Save the Children-USA no distrito de Bilene-Macia (Gaza) de 1994-2003*. UEM, 2005

DIONÍZIO, S. *O Papel das Organizações Não Governamentais (ONG's) no desenvolvimento de Moçambique: Estudo em Províncias seleccionadas*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa-Instituto Superior de economia e gestão. Tese do mestrado, 1998.

MAURI, Giulia. *Organizações Não Governamentais e Desenvolvimento: análise do trabalho de algumas ONG em Moçambique*. Universidade Técnica de Lisboa. (UTL) Lisboa: 2013.

NYUSI, C. Cosme. *As Organizações Não Governamentais (ONGs) na ajuda ao desenvolvimento em Moçambique: uma análise da Associação Reconstruindo Esperança*. Maputo: UEM, tese do mestrado, 2025.

VARELA, César. *Impacto das ONG's Internacionais na Promoção do desenvolvimento Agrícola (1995-2003): o caso da Visão Mundial em Milange, Zambézia*. UEM, 2003.

Documentos oficiais e relatórios

Moçambique. *Lei n.º 4/83, de 23 de março*. Cria o Sistema Nacional de Educação. Boletim da República, I Série, n.º 12, 23 de mar. 1983.

MINED: *políticas e Estratégias para Educação*. Maputo: MINED, 1990.

MINED. *Plano Estratégico de Educação 1999-2003: Combater a Exclusão, Renovar a Escola*. Maputo: 1998.

MOÇAMBIQUE. *Ministério da Administração Estatal. Perfil do Distrito de Chibuto Província de Gaza*. Maputo: 2005. Disponível em <http://www.govnet.gov.co.mz> acessado aos 15 de Março de 2025.

MOÇAMBIQUE. *Assembleia da República. Lei n.º 18/2018, de 28 de Dezembro*. Aprova o Sistema Nacional de Educação. Boletim da República: I série, Maputo, n. 149, p. 2-15, 28 dez. 2018;

PNUD – *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório do Desenvolvimento Humano 2022: Perspectivas e desafios educacionais em África*. Nova Iorque: PNUD, 2022.

MOÇAMBIQUE. *Constituição da República de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional, 2004.

MOÇAMBIQUE. Lei n.º 8/91, de 18 de Julho. Lei das Associações. Boletim da República, I Série, n.º 28, Maputo, 1991.

MOÇAMBIQUE. Decreto n.º 55/98, de 11 de Novembro. Regulamento das Organizações Não Governamentais. Boletim da República, I Série, n.º 45, Maputo, 1998.

UNESCO Moçambique. *Programa de apoio à educação de Jovens e adultos em Gaza*. Maputo: UNESCO, 2022.

World Vision-Mozambique. ADP-Sponsorship Facilitator. 2014. disponível em <https://www.wvi.org/adp-sponsorship-facilitator> acessado aos 2 de Novembro de 2025

Artigos científicos

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. *Educação e desenvolvimento em Moçambique: contradições e desafios*. Maputo: IESE, 2020.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. *Economia política do ajustamento estrutural em Moçambique*. Maputo: Promédia, 2002.

AUBREY, W. *A growing role of NGO in development*. Finance & Development. 1990.

EYS, T.V. (2002). *Solidariedade com os pobres ou comercio no mercado do desenvolvimento?* As organizações não governamentais em Moçambique. Lusotopie, 145-159.

HANLON, Joseph; MOSSE, Marcelo. *Moçambique e o FMI: ajustamento, pobreza e política*. Centro de Integridade Pública, 2010.

INTANQUÊ, S; SUBUHANA, C. *Educação Pós-Independência em Moçambique*. *Revista África e Africanidades*. Ano XI- n. 26 abr. 2018- ISSN 1983-2354 disponível em <https://www.africaeaficanidades.com.br>.

Jornal Domingo. *Gaza tem 255 alunos com educação especial*. Maputo: 2021. Disponível em <https://www.jornaldomingo.co.mz> acessado aos 28 de outubro de 2025

Radio Moçambique. *Gaza sector da educação com défice de 1.800 salas de aula*. Maputo: 2022. Disponível em <https://www.rm.co.mz> acessado aos 28 de outubro de 2025.

Fontes orais

Lázaro nhancale- incuai, ex-professor da escola de Chipadja

Vicente sitóe- bairro 3, ex-director da escola

Maria do céu Muthemucui- bairro 3, ex-membro da World Vision na localidade de Godide

Alfredo Mahachele- bairro 4, ex-facilitador da World Vision na localidade de Godide

António Cuave- bairro 4, ex-facilitador da World Vision na localidade de Godide

Anastácia Chirindza, encarregada de Educação, Bairro 3.

Ofélia Sitóe- bairro 4, membro conselheira da escola de chipadja

Salda Ussivane- bairro 4 ex-facilitadora da World Vision na localidade de Godide

Armando Feníasse Mabunda- Cidade de Chibuto, ex-director da escola

Dercio Moiane, encarregado de educação, bairro 3

João Carlos- Cidade de Chibuto, Técnico de estatística, no SDEJTC

Francisco Machava- encarregado de educação

Francisco Mbiza- encarregado de educação

Fátima Bila, encarregada da educação residente no povoado de Cuacuene

Lourenço Mugabe aluno da EPC de Chipadja no período de (2006 a 2013) residente no bairro 3.

Mariana Mabunda, encarregada da educação, residente no povoado de Cuacuene.

Anexos



Figura 1- Duas salas de aula e bloco administrativo anexo. Fonte: Autor, 2025.



Figura 2- 6 Salas de aulas construídas pela World Vision na EPC de Chipadja. Fonte Autor, 2025



0Figura 3- Instalações sanitárias edificadas no âmbito do projecto da World Vision.
Fonte: Autor, 2025



Figura 4- instalações sanitárias. Fonte: Autor, 2025



Figura 5- Fontanária montada pela World Vision para beneficiar a escola. Fonte: Autor, 2025.



Figura 6: casa tipo um para Director da escola Fonte: Autor, 2025. Fonte: Autor, 2025



Figura 7- Logotipo da World Vision estampada no bloco administrativo da escola.